



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR LUIZ SILVIO RAMALHO JÚNIOR

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL (PROCESSO Nº 0058212-27.2006.815.2001)

RELATOR: Desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior

EMBARGANTE: Meta Incorporações Ltda

ADVOGADOS: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva e outros.

EMBARGADOS: Gilvandro de Mendonça Furtado e Cely de Souza Mendonça Furtado.

ADVOGADOS: Rodrigo Toscano de Brito e Alexandre Souza de Mendonça Furtado.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Apelação Cível. Acórdão provido parcialmente. Apontadas omissões e contradições. Inexistência. Rejeição.

*- Os embargos de declaração não se prestam a inconformismos e rediscussão de matéria já julgada, de maneira que em não havendo, no acórdão embargado, as omissões e contradições apontadas pela parte, os declaratórios deverão ser rejeitados.*

ACORDA a 2ª Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça, à unanimidade, em rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator.

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração interpostos por META INCORPORAÇÕES LTDA, que têm por escopo esclarecer apontadas omissões e sanar alegadas contradições no acórdão embargado (fs. 490/501), que deu provimento parcial à Apelação Cível interposta pela ora embargante em face dos embargados GILVANDRO DE MENDONÇA FURTADO e sua esposa CELY SOUZA DE MENDONÇA.

A embargante faz, a princípio, um resumo pormenorizado do processo, para em seguida apontar supostas omissões e contradições no aresto recorrido, que segundo ela afrontou o disposto no art. 498, § 1º, III, do Código de Processo Civil.

Alega que o acórdão foi omisso quando desconsiderou a ausência da prática de qualquer ato ilícito (ação), realizado pela embargante, capaz de substanciar a ausência de boa-fé e, por consequência, a responsabilidade objetiva.

Aduz que a responsabilidade civil, ainda que objetiva, não contempla atos de terceiros.

Afirma que “(...) esse r. Juízo, persiste em ignorar, inclusive com negativa do chamamento ao processo do Estado na qualidade de litisconsorte necessário, sob a justificativa da responsabilidade de ação regressiva, infringido o que determina o art. 389 do Código Civil. (...)”.

Questiona, em seguida, qual o ato ilícito cometido pela embargante, tempo em que afirma inexistir nos autos qualquer prova nesse sentido. Prequestiona, para tanto, art. 927 do Código Civil.

Arremata que agiu a todo o momento pautado na boa-fé; e que não há nenhum dever de indenizar por parte da construtora recorrente.

Indaga, outrossim, para fins de prequestionamento do art. 422 do Código Civil, qual foi o ato de má-fé praticado pela embargante, e em seguida volta a historiar a celeuma que envolveu a lide.

Reputa como contradição o fato de, consoante suscitado na apelação, no caso de morte o valor arbitrado não superar R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e condenar a apelante em R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Ao final, pugna pelo acolhimento dos embargos declaratórios, emprestando-lhes efeitos modificativos, a fim “(...) suprir as omissões e contradições ora apontadas (...) e, por conseguinte, conceder provimento à apelação interposta pela parte Embargante, e determinar a concessão de efeito suspensivo ao presente instrumento recursal. (...)”.

Adiante, pugna, alternativamente, pelo prequestionamento dos seguintes dispositivos da legislação federal infraconstitucional, a fim de viabilizar a interposição de recurso especial para o STJ, quais sejam: artigos 389, 422, 575, 927 e 944 do Código Civil, art. 27 do CDC, art. 165, I, do Código Tributário Nacional, artigos 167, I, item 5, 172, 239 e 240 da Lei nº 6.015/73, e art. 485, VI, do Código de Processo Civil.

É o relatório.

- VOTO – Desembargador Luiz Silvio Ramalho Júnior (Relator).

#### DA APONTADA OMISSÃO

O acórdão embargado analisou as razões recursais e enfrentou todas as teses jurídicas indispensáveis para o julgamento da Apelação, de maneira que não há que se falar em omissão de qualquer natureza.

#### DA ALEGADA CONTRADIÇÃO

Muito bem. O que a Embargante reputa contradição consiste, na verdade, no fato desta Câmara, inobstante haver reduzido, em favor da própria recorrente, o valor da indenização por danos morais, citou jurisprudência em que o valor da indenização não fora reduzido em semelhante patamar.

Ora, a contradição de que trata o art. 1.022 do CPC, autorizadora da interposição de embargos de declaração, é aquela capaz de destituir a decisão impugnada de clareza, o que inexistiu no caso vertente.

Com efeito, o aresto, no tocante ao *quantum* da indenização fixada a título de danos morais, é claro e preciso quanto aos fundamentos para a redução do valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), não constituindo contradição o fato de haver citado jurisprudência relativa a processo estranho, em cujo feito o valor fixado foi reduzido para patamar diferente do caso concreto.

## DO PRETENDIDO PREQUESTIONAMENTO

Quanto a esse ponto, cumpre registrar, inicialmente, que consoante destacado alhures, inexistiu omissão no acórdão recorrido.

Ademais, o novo CPC consagrou a tese do prequestionamento ficto, de modo que a simples interposição dos embargos de declaração, como na espécie, independentemente do seu acolhimento para fins de afastamento de supostas omissões, já supre o requisito do prequestionamento, a saber:

*Art. 1.025. Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade.*

Feitas essas considerações, vê-se que a Embargante utiliza-se dos declaratórios como instrumento de inconformismo com o que restou decidido por esta Câmara, o que não atende aos objetivos do respectivo recurso, que não se presta para rediscutir matéria já apreciada.

Ante o exposto, **rejeito** os embargos de declaração.

Participaram do julgamento o Excelentíssimo Senhor Desembargador, **Luiz Silvío Ramalho Júnior**, Relator, e os Excelentíssimos Senhores Desembargadores José Ricardo Porto e Oswaldo Trigueiro do Valle Filho. O Excelentíssimo Senhor Desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos averbou-se suspeito.

Presente à sessão o Promotor de Justiça convocado, o Excelentíssimo Senhor Rodrigo Marques da Nóbrega.

Sala de Sessões da Câmara Criminal “Des. Manoel Taigy de Queiroz Mello Filho” do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 12 de junho de 2018.

Desembargador Luiz Silvío Ramalho Júnior  
RELATOR